



## **Discriminação racial e resistência negra: Um estudo comparativo entre as conjunturas brasileira e colombiana**

Gabrielle Andrade da Silva  
Mestranda em Sociologia e membro do Grupo de Estudo e Pesquisas em Movimentos Sociais  
Ambos pela Universidade Federal de Goiás (UFG).  
Email: gabrielleads@hotmail.com

Monyele Camargo Graciano  
Mestre em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás (UFG),  
Professora na Faculdade.  
Email: monyelecamargo@hotmail.com

**Resumo:** Os negros, na Colômbia e no Brasil, no decorrer da história demonstraram resistência às condições que lhe foram impostas, desde a escravidão, até a sua marginalização no período pós-abolicionista. Com a promulgação da Constituição Federal brasileira em 1988 e da Colombiana em 1991, houve uma abertura para o surgimento de novos atores sociais. O que contribuiu para que houvessem várias mudanças no cenário do protesto negro vivenciado até então. Diante disso, o escopo deste trabalho consiste em tecer uma análise comparativa entre o movimento negro no Brasil e na Colômbia a partir de suas características, esmiuçando ainda as formas de racismo e os meios de resistência. Para alcançar tal objetivo a metodologia utilizada consiste na pesquisa bibliográfica em artigos e livros que retratam tal temática. Se espera com tal estudo encontrar não apenas as semelhanças e diferenças nas mobilizações realizadas pelo movimento negro brasileiro e colombiano, mas principalmente averiguar quais os reflexos de tais ações na realidade de seus afrodescendentes.

**Palavras-chave:** Movimento Negro; Brasil; Colômbia.

**Resumen:** Negro, Colombia y Brasil, el curso de la historia han mostrado resistencia a las condiciones impuestas sobre él, de la esclavitud a su marginación en el período post abolicionista. Con la promulgación de la Constitución Federal de Brasil en 1988 y el de Colombia, en 1991, había una abertura para la emergencia de nuevos actores sociales. Lo que contribuyó a que hubo varios cambios en el escenario del protesto negro vivenciado hasta ahora. Por lo tanto, el alcance de este trabajo es tejer un análisis comparativo entre el movimiento negro en Brasil y Colombia a partir de sus características, investigando las formas de racismo y los medios de resistencia. Para lograr este objetivo, la metodología consiste en la investigación bibliográfica en los artículos y libros que describen este tema. Con este trabajo se espera encontrar no sólo las similitudes y diferencias en las movilizaciones por el movimiento negro de Brasil y Colombia, pero sobre todo a averiguar cuáles son las consecuencias de tales acciones en la realidad de su ascendencia africana.

**Palabras clave:** Movimiento Negro. Brasil. Colombia.

### **Introdução**

Segundo o senso de 2005, o Brasil, seguido pela Colômbia juntamente com a Venezuela e Cuba, formam o maior grupo de população negra da América Latina. Tal característica se deve em razão do



processo histórico desses países, que ao longo das décadas sofreram com os ideais raciais europeus e a exploração da mão-de obra negra (MENDES, 2013).

O negro ao longo das décadas militou contra a apropriação de seu trabalho, as condições as quais era submetido e principalmente contra a discriminação em razão de sua raça. Tal militância permitiu que, nos dias atuais, fossem atribuídos aos negros destas sociedades meios para resguardar e defender seus direitos de quem os tente retirá-los.

Atualmente o movimento negro colombiano e brasileiro apresentam similaridades quanto a sua história, dilemas e conquistas, desse modo o objetivo deste trabalho reside em tecer um estudo comparativo entre esses movimentos negros. Para isso a metodologia utilizada consistiu em uma pesquisa bibliográfica.

A obra está dividida em seis tópicos teóricos, partindo da introdução, abarcando em seguida o conceito de movimentos sociais, o discutindo posteriormente a figura do negro no Brasil e na Colômbia, logo após apresentando o movimento negro brasileiro e colombiano e por último as considerações finais sobre o estudo.

### **Conceito de Movimentos Sociais**

O conceito de movimentos sociais não é uma unanimidade entre os pesquisadores das ciências sociais, essa falta de consenso se cristaliza na noção de que alguns teóricos compreendem movimentos sociais como toda e qualquer ação coletiva com objetivo em comum, já outros consideram existir outras características, e que só a sociedade capitalista tem os pressupostos que condicionam a formação de um movimento social.

As teorias consideradas contemporâneas começam a surgir nos anos 1960. Conforme Alonso (2009), após essa década, os sociólogos que até então tinham voltado suas atenções para estudos de revoluções e/ou a ausência dessas, passaram a direcionar seus estudos também para outras mobilizações, que são denominadas como movimentos sociais. A partir disso, foram desenvolvidas três grandes categorias, que serão resumidas adiante.

A primeira grande corrente interpretativa contemporânea sobre movimentos sociais foi a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR). Para Alonso (2009), na TMR o enfoque é para os recursos.



Considerando que esses podem ser materiais quando são relacionados ao financeiro e a infraestrutura dos movimentos, ou humanos, que são ligados aos apoiadores e colaboradores, ou ainda os organizacionais - a coordenação exercida entre indivíduos.

Outra corrente da contemporaneidade que pensou a respeito dos movimentos sociais foi a Teoria do Processo Político (TPP). Para Nunes (2011), ao contrário da TMR, a TPP não prioriza a questão da racionalidade do movimento quanto a sua organização, mas sim como um conjunto de subsídios e constrangimentos políticos que podem beneficiar ou prejudicar um movimento. Para tais composições se dá o nome de Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP).

Antes de partimos para a última grande corrente contemporânea que aborda a temática dos movimentos sociais é necessário esclarecer o conceito de estruturas e oportunidades políticas. Segundo Tarrow (2009) as EOPs são estruturas de oportunidades ou restrições na atuação dos movimentos sociais, são importantes no que tange o confronto político social do que em fatores apenas socioeconômicos.

Finalmente, a terceira grande teoria contemporânea sobre os movimentos sociais é a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Esses surgem, segundo seus teóricos, para suprir a definição das ações coletivas acarretadas pelos antagonismos contemporâneos. Para Alonso (2009), a partir da década de 1960 os problemas sociais vão além daqueles indicados pela obra de Marx, e surgem novos atores sociais, os quais tentam resolver conflitos que não dizem respeito apenas aos antagonismos das classes sociais, conforme propostas pelo autor em questão.

Diante disso, mesmo que se reconheça dentro do TNMS o conflito histórico de classe, Melucci, Apud Alonso (2009) afirma que atualmente existem outras possibilidades de situações antagônicas. Para o autor, a zona de conflito se deslocou do ambiente de trabalho para o corpo - que agora é um objeto científico - e para o componente religioso. Logo, podemos interpretar que os conflitos sociais da contemporaneidade se estendem a outras condições inerentes ao indivíduo, ou seja, questões ligadas à identidade coletiva.

Após concluir esse breve apanhado sobre as teorias da contemporaneidade sobre os movimentos sociais, é fundamental esclarecer o conceito de movimentos social que é considerado o adequado para o presente. Dessa forma, o conceito será o desenvolvido por Nildo Viana, que traz os elementos imprescindíveis para a composição de um movimento social.



Para essa pesquisa trataremos o conceito de Viana (2015), quem afirma que não se pode confundir o grupo social com o movimento social. Nesse seguimento, o autor assinala que grupo social é um elemento que forma o todo do movimento social, todavia, esse elemento não é o único que compõe um movimento social, tendo ainda outros cinco, são eles: situação social, insatisfação social, senso de pertencimento, mobilização e por fim os objetivos.

Como um grupo social não faz sozinho o movimento social infere-se que um grupo precisa de uma situação social que enseje a tomada de consciência daquele problema que não é apenas do indivíduo e sim do grupo o qual faz parte, ou seja, o senso de pertencimento, que acarretará a mobilização, com objetivos em comum.

Por fim, para o presente artigo, cujo objetivo é apresentar um comparativo entre o movimento negro brasileiro e colombiano, cabe ainda expor o conceito de movimento negro. Dessa forma, conforme Domingues (2007) consiste na luta dos negros para a resolução de conflitos oriundos do preconceito e da discriminação racial, diante dessa perspectiva os principais desafios do movimento negro é o combate ao racismo e a violência contra os negros no país.

### **O Negro no Brasil e na Colômbia:**

É primordial compreender o contexto em que se origina a resistência ou o movimento social, para a percepção de seus dilemas contemporâneos. No que tange o movimento negro brasileiro, um dos temas pertinentes é esclarecer como os abolicionistas brasileiros no século XIX se posicionavam em face das teorias racistas.

Para Skidmore (1978) os abolicionistas brasileiros não eram obrigados a tratar do tema raça de forma científica regularmente, uma vez que os defensores da escravidão raramente recorriam a teorias de inferioridade racial. Mesmo assim, por vezes abordaram esse tema usando a teoria do Darwinismo Social, aludindo à questão da evolução das raças, com os brancos triunfando de maneira gradual e por isso muitos eram defensores do branqueamento da população no Brasil.

Em 13 de maio de 1888 os abolicionistas e as pressões internacionais finalmente lograram êxito em suas reivindicações, pois se instituiu a Lei 3.353/1888 conhecida como Lei Áurea. Todavia mesmo a nova legislação abolindo a escravatura sem qualquer indenização aos grandes latifundiários, estes não se opuseram, pois, muitos já estavam em busca da mão-de-obra italiana. (SKIDMORE, 1978).



Dessa forma, tem-se que a teoria do branqueamento foi aceita pela maioria da elite brasileira no período de 1889 a 1914, e se baseava na ideia da supremacia branca. Ainda que em muitos casos não falassem abertamente sobre essa superioridade recorria-se a eufemismos, uma das ideias que reforçavam essa teoria era que a população negra diminuía em relação à branca, o que se explicava por diversos fatores como maior incidência de doenças, desorganização social, e também porque o gene branco seria mais forte e por isso em casos de miscigenação a pele resultante é mais clara (SKIDMORE, 1978).

Assim, a população negra brasileira continuou ao longo dos anos sofrendo a opressão racial, pois, conforme Pereira (2009) o processo de urbanização das cidades, ocorreu de modo que, as melhores oportunidades de trabalho, e educacionais fossem destinadas aos brancos. Essa diferenciação quanto à qualidade de vida dos indivíduos baseada em sua cor de pele é uma dificuldade imposta pelo racismo, nesse sentido assinala Moore (2012, p.230): “O problema não reside necessariamente no fato de que o racista se sente superior, mas no fato de que ele vive uma vida efetivamente superior daqueles que oprime”.

O contexto vivenciado pelo negro brasileiro se assemelha em alguns momentos com a realidade do afro-colombiano, e por isso cabe ressaltar alguns pontos adiante. Pode-se destacar que no Brasil, como já assinalado, o negro se depara não apenas com a exclusão e a marginalização, mas também com a invisibilidade. Diante disso, cabe o questionamento: Qual a conjuntura em que se está inserido o afro-colombiano?

De acordo com Castillo e Abril (2008) durante o período em que era uma colônia, a Colômbia tinha uma “sociedade de castas”, em que havia um consenso da superioridade política, intelectual e econômica dos europeus com sangue “puro”. Assim como no Brasil existia a disseminação de teorias como determinismo social e geográfico.

Se no Brasil tínhamos as políticas para o branqueamento da população, na Colômbia era posto em debate a “limpeza do sangue”. Para Castillo e Abril (2008) a “limpeza do sangue” era a prática de limitar a ocupação de cargos de prestígio apenas a pessoas brancas, ou seja, para o ingresso em carreiras como a eclesiástica ou até mesmo em uma universidade era necessário comprovar que não se tinha a marca dos povos africanos. Assim, nesse período existiam muitos processos de filhos contra pais brancos que “sujaram” seu sangue ao escolher o outro genitor “da raça”.

Diante disso, o que se pode concluir é que tanto no Brasil, quanto na Colômbia, houve, mesmo



após a abolição, uma estrutura social racista que dificultou a integração do negro na sociedade como mão de obra qualificada, restando apenas empregos subalternos a essa parte da população. Para González (2012) os afro-colombianos depois da abolição passaram a ocupar os espaços que outrora eram explorados, e a partir daí passa-se a se falar de um território negro na Colômbia, invisíveis para o restante do país.

De acordo com Castillo e Abril (2008) assim como aconteceu no Brasil, houve um incentivo a mestiçagem na Colômbia, visando tornar a população mais branca, e assim mais próxima daqueles que naquele momento eram vistos como superiores. Essa ideia ganha espaço entre as elites, pois, nós dois países o negro no começo do século XX ainda era visto como inferior.

Nesse sentido, Gonzalez (2012) destaca que o conceito de mestiçagem na Colômbia não é relacionado apenas com a construção da nação, mas também um meio de integração com as populações mais afastadas. As políticas de incentivo a mestiçagem não mudaram a posição do afro-colombiano, que continuou em condição de subalterno.

No Brasil, a mestiçagem tinha alguns objetivos diferentes daqueles que existiam na Colômbia. Para Moura (1983) dentro da conjuntura brasileira o objetivo principal do branqueamento era se afastar ao máximo do negro, e para que as políticas do branqueamento fossem aceitas era necessário que houvesse uma ascensão dos mestiços. Assim, o mestiço que conseguia uma posição econômica melhor era classificado como branco e aquele que permanecia como subalternizado era considerado negro.

A negação da existência do racismo não é uma exclusividade do pensamento social brasileiro, na Colômbia existe uma tendência à naturalização do racismo. Para justificar as práticas racistas no cenário colombiano existem alguns mecanismos, o primeiro de acordo com Castillo e Abril (2008) é apontar a discriminação em outros países como África do Sul e Estados Unidos da América, todavia, ainda existem outros artifícios para justificar a intolerância racial, como o emprego de expressões que tornem a discriminação racial como algo natural em sociedades em desenvolvimento, e que isso seria visando o bem comum.

Diante dessas realidades, fica o questionamento: Como reagiram os negros perante uma sociedade não apenas racista, mas principalmente que negava a prática da discriminação racial, ou ainda a justificava? Nos incumbe nesse momento esclarecer as formas de resistência negra, tanto no Brasil, como na Colômbia, destacando todas as conquistas e entraves que o movimento dos negros encontrou durante



sua trajetória.

### **Movimento Negro Brasileiro**

O primeiro ponto a ser esclarecido é que negro no Brasil, nunca aceitou as condições, impostas pela escravidão, e posteriormente pela marginalização, que lhe foram impostas. Dessa forma, e se viu obrigado a resistir as situações de opressão a quais foi subjugado, e em consequência disso houve a construção do movimento negro, que se dá por meio de uma sucessão de atos de resistência a escravização a qual os negros que chegaram ao Brasil foram submetidos.

Vale destacar a condição de protagonista que os negros tiveram em diversas insurreições brasileiras, como por exemplo, a Inconfidência baiana e a Balaiada. Destarte, para Moura (1987) é essencial romper com a ideia disseminada sobre o negro quando se fala no período de escravização, o autor afirma que diversos pensadores colocam a negritude como mero coadjuvante na construção da história brasileira, sobretudo nesse período, embora se esteja falando de uma sociedade marcada pela participação do negro enquanto sujeito ativo, na luta não apenas pela sua liberdade, mas também em insurreições contra a coroa portuguesa.

Conforme Nascimento e Nascimento (2000), muitas vezes houve a ideia equivocada de que não existiu a resistência negra. Tal concepção se dá pelo fato de haver precariedade nos registros históricos, todavia, segundo Moura (1983), a população negra brasileira sempre teve um alto nível de organização, seja antes da abolição por meio dos quilombos, seja após, através de organizações religiosas.

Mesmo em uma conjuntura de escravização violenta, e da desumanização de seu povo, para os negros, não houve outra opção que não fosse a de resistir, e lutar contra a sociedade escravista. Nesse sentido, Moura (1983) destaca que quando se fala em resistência negra, durante o período da escravização brasileira, logo se pensa nos quilombos, que de fato exerciam forte oposição à exploração dos negros.

Moura (1987) afirma que, os quilombos tiveram um período de crescimento, pois, existiam naquele momento uma série de fatores favoráveis para o seu desenvolvimento. Para o autor, esses fatores eram o isolamento, a fertilidade do solo, a possibilidade de

Ainda sobre Moura (1983), também faziam parte da resistência negra, durante o período da escravização, as organizações religiosas, que muitas vezes desempenhavam um papel que excedia suas



atribuições iniciais e formavam uma frente de luta, contra as explorações sofridas pela população negra, vale destacar que, esse papel nem sempre era desempenhado de forma consciente.

Um exemplo dessa atuação inconsciente, das organizações religiosas, era a “Irmandade dos pretos do Rosário de São Paulo” que começou a se estruturar, inicialmente, porque os negros não podiam fazer cultos das suas religiões africanas. Em consequência disso, passou a suprir a necessidade de se organizarem, uma vez que viviam à margem da sociedade, e não podiam participar das celebrações religiosas dos brancos.

Existem debates sobre a questão racial no Brasil desde o período da escravidão, no início para se reforçar as ideias da supremacia branca, mas a partir de meado no século XIX, começa-se a pensar de outra forma, por exemplo, na abolição da escravatura. Segundo Skidmore (1978) era muito difícil ter um brasileiro corajoso o suficiente para se opor ao lucrativo tráfico de africanos, embora, ainda assim, em 1825 José Bonifácio de Andrada e Silva ousou propor o fim do regime escravocrata. No entanto, não foi essa proposta responsável pela abolição, mas sim, pressões nesse sentido feitas pela Inglaterra, que começaram a partir de 1850.

Após a abolição da escravatura, no Início do século XX, a luta dos negros brasileiros, para pôr um fim aos abusos sofridos, estava apenas começando. Conforme destaca Skidmore (1978), mesmo o Brasil dizendo que não era um país racista no cotidiano, a realidade era bem distinta, pois havia várias manifestações racistas, como o exemplo, citado pelo autor, os negros e mulatos eram impedidos de servir como guardas do Teatro Lírico, e tampouco poderiam participar dos espetáculos, como artistas, ou plateia.

Uma das atividades destinadas às lideranças negras que tiveram bastante destaque foram os jornais impressos, Pinto (2013) destaca que, boa parte dos jornais teve seu início em associações populares e tinham como característica inicial anunciar aniversários, notas de falecimento, casamentos, etc. Entretanto, como a imprensa tradicional não abordava os assuntos que diziam respeito à comunidade negra, logo se efervesceu a necessidade de criar meios para retratar essa realidade.

Os jornais alternativos, que são oriundos em maioria daqueles que outrora exerciam a função de divulgar fatos corriqueiros da comunidade negra, passam a desempenhar uma função importante que é, na conscientização da sua comunidade, sobre a situação em que vivem, e também, a valorização da identidade do negro, o que logo torna a sua principal finalidade.



As associações e as sociedades recreativas para negros existiram em grande quantidade, a maioria era atuante e com diversas publicações de eventos em jornais. Já a sua estrutura de organização se caracterizava, em regra, por um quadro administrativo, eleitos regularmente e em alguns casos havia um quadro feminino administrativo também (Pinto, 2013).

Em parte essas associações, assim como os jornais, e as organizações religiosas excediam as suas atividades inicialmente com finalidades recreativas e passaram a atuar também como resistência ao racismo na sociedade brasileira. Dentre a imprensa, e as associações negras, uma que teve grande adesão foi a Frente Negra Brasileira (FNB), que estava ligada ao jornal *Voz da Raça*.

Pinto (2013) afirma que, a FNB era uma entidade organizada, que chegou a ter cerca de 60 mil associados no território nacional, e que mesmo tendo surgido com objetivo de recreação, se desenvolveu e passou a lutar pela integralização absoluta e completa do negro, em toda a sociedade brasileira. Para isso, desempenhou atividades como profissionalização de seus associados.

Os integrantes da FNB foram diversas vezes acusados, até mesmo pelos próprios negros, de terem ideias separatistas e de ódio racial. No entanto, seus integrantes sempre afirmaram que tinham como objetivo educar a sociedade, como um todo, para que haja uma integração entre brancos e negros no meio social, cultural e profissional (PINTO, 2013).

A Frente Negra Brasileira era extremamente organizada e tinha inclusive registro em cartório, tinha como administradores o Grande Conselho e o Conselho Auxiliar. Vale ressaltar que, os membros do Grande Conselho FNB demonstravam orientações conservadoras e em diversos momentos se posicionaram contra o comunismo e apoiaram o nacionalismo (PINTO, 2013).

Outra ramificação da luta negra foi o Teatro Experimental Negro (TEN) que, segundo Nascimento e Nascimento (2000), fundou-se em 1944 e se criou, porque, no Brasil, durante esse período, os telespectadores e os artistas de teatros eram predominantemente brancos. Os negros integrantes do TEN não procuravam, como na Frente Negra Brasileira, se integrar na sociedade branca com a bagagem cultural exclusivamente europeia. O TEN reivindicava o reconhecimento da sua herança africana e da personalidade afro-brasileira.

Nascimento e Nascimento (2000) afirmam ainda que o TEN não teve apenas atividades vinculadas aos espetáculos que produzia, mas também, uma atuação política, na qual, promoveu convenções do



negro brasileiro, no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde formalizaram suas reivindicações e enviaram para partidos políticos a sugestão de uma lei antirracista.

Em um primeiro momento, os políticos brasileiros não aceitaram a ideia de ter que existir uma lei antirracista no país, tendo em vista que, era de um consenso geral que o racismo não existia. Somente após uma coreógrafa e uma cantora estadunidenses serem vítimas de discriminação, no Brasil, que os políticos viram a necessidade de criar uma lei antirracista (NASCIMENTO E NASCIMENTO, 2000).

Em 1964 se instaura no Brasil a ditadura militar, com forte repressão a todo tipo manifestação e protesto oriundos da população negra, assim como nos demais setores. No entanto, no cenário internacional, principalmente nos Estados Unidos da América, existe um fortalecimento do Movimento Negro, mesmo diante de atos de violências sofridas por seus integrantes e líderes, o movimento não se dispersou.

No Brasil, o cenário de violência e abusos contra o negro persiste, e em decorrência disso, surgiu à necessidade da organização da população negra. Logo, mesmo diante de um cenário de repressão, nascem no país, novas entidades e grupos voltados para a diáspora, para África e as questões dos negros brasileiros.

Conforme Moura (1983), as novas entidades desempenhavam diversos papéis, dentre eles, recreativos ou ainda políticos, quando se posicionavam contrárias ao preconceito sofrido pela população negra. Houve, então, a necessidade de unificar a luta dos negros brasileiros, em 18 de junho de 1978, surge o Movimento Negro Unificado (MNU), que agregou a maioria das entidades de luta, e também as de fins recreativos e educativos.

O MNU, de acordo com seus fundadores, é um movimento de caráter reivindicativo, constituído por pessoas de qualquer sexo ou escolaridade, reunidas com o escopo de consolidar a luta da população negra. O MNU se tornou um movimento forte e consolidou várias alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador negro, no entanto, conforme destaca Domingues (2008), no final dos anos 1980, após a redemocratização, houve uma especialização das entidades do Movimento Negro, e passam a surgir diversas entidades em todo território nacional.

Dessa forma, o que se pode perceber é que mesmo diante de muita repressão o negro no Brasil se mostrou resistente às condições que lhe foram impostas. Nesse sentido, conclui-se que mesmo que o caminho tenha sido difícil, e em alguns momentos o movimento ou a resistência negra tenha se



desarticulado, em decorrência da repressão, a negritude brasileira esteve presente na construção da história deste país.

### **Movimento Negro Colombiano**

A escravidão na Colômbia findou-se em 1851, após esse período houve um longo intervalo temporal até que surgisse um movimento coletivo de negros no país. Tal delonga deu-se em virtude do sistema político conservadorista que existia a época. O fato do governo colombiano não permitir mobilizações dos negros, fez com grande parte dos libertos se deslocasse para regiões mais afastadas no país, o conhecido Litoral Pacífico (ZAMBRANO, 2012).

O Litoral Pacífico Colombiano era considerado um território devoluto, nessa região os negros estabeleceram moradia e promoveram práticas atinentes agricultura para a subsistência, a apropriação dessa região e as atividades desenvolvidas pelos negros, colaboraram para o crescimento econômico, político, cultural e ativista da população negra na Colômbia (ZAMBRANO, 2012).

O período pós-abolicionista e a Constituição Federal Colombiana de 1886, não concebia o negro como sujeito de direitos e deveres daquela sociedade, esse fator foi determinante para que os ativistas negros do Litoral Pacífico começassem a confrontar-se com os ideais políticos da época com o intento promover a justiça social. Diante das inúmeras reivindicações dos negros, na década de 1930, houve a ascensão à presidência da Colômbia o Partido Liberal, este partido promoveu a indicação de vários negros a cargos políticos no país (ZAMBRANO, 2012).

Concomitantemente ao período das reivindicações dos negros, havia um movimento da elite em transformar a América Latina em uma nova Europa. Todavia, tal movimento não logrou êxito em virtude de uma instabilidade política e econômica que existia nesta parte do continente americano (MENDES, 2013).

Na Colômbia esse movimento teve respaldo no governo, principalmente com o Partido Conservador, que defendia as bases sociais europeias e a exclusão dos negros da sociedade colombiana (ZAMBRANO, 2012). Neste contexto “na Colômbia das primeiras décadas do século XX, políticos negros pertencentes ao Partido Liberal e ao Partido Conservador (portanto, partidos tradicionais alinhados ao centro e à direita) tematizavam e discutiam a questão racial” (SANTOS, 2016, p.140).



O Litoral Pacífico Colombiano, aos longos dos tornou-se uma região destinada ao campesinato, às famílias era economicamente desenvolvidas e intelectualmente influentes, esses intelectuais se juntaram ao Partido Liberal e a conseguiram na década de 1930 a eleição de diversos negros ao governo, esta ascensão ao poder gerou notoriedade nacional para a militância negra (ZAMBRANO, 2012).

Entretanto, em 1948, ocorre o assassinato do líder do Partido Liberal por conservadores. Este fato contribuiu para iniciar uma revolta civil no país, acarretando muita violência ao longo de toda década de 1950 (MENDES, 2013).

Na década de 1960 surge na Colômbia às primeiras manifestações destinadas a lutar pela identidade dos negros, tais reivindicações tiveram sua origem com os intelectuais negros autônomos, ou seja, sem nenhum vínculo partidário. Essas manifestações tinham como influência os ideais da militância afro-americana pelos direitos civis e contra a segregação racial. Essas reivindicações deram origem ao Movimento Afro-Colombiano. O Movimento Afro-Colombiano se estruturou nas décadas de 1970 a 1990 por meio de duas principais associações: Movimento Nacional Cimarrón e as Organizações de Base (OB) (MENDES, 2013).

O Movimento Nacional Cimarrón, tinha como símbolo da resistência o “*cimarrón*” negro fugitivo para o quilombo, este movimento criado em 1982, tinha como principal objetivo tornar as pessoas conscientes da necessidade de igualdade e justiça para com a população negra afro-latina, esse movimento teve como principal característica o abandono da figura do negro camponês e a ascensão da militância negra urbana (ZAMBRANO, 2012).

O governo colombiano com o intento de promover o desenvolvimento do Litoral Pacífico, elaborou projetos para a região, o que de fato acarretou embates entre os negros e o Estado. O governo em razão das reivindicações dos negros determina, amparado em sua legislação, que a região do Litoral era considerada abandonada, permitindo assim a exploração de madeira por empresas estrangeiras. Esse contexto foi o catalizador para criação das Organizações de Base, que teve um retorno às origens rurais da resistência negra (MENDES, 2013).

O movimento das Organizações de Base foi promovido pela Igreja Católica, e se fortaleceu por meio de políticas locais, tinha como principal missão o conhecimento e demarcação das terras do Litoral Pacífico destinadas aos negros. Tal reivindicação gerou efeitos como o reconhecimento os direitos dos



negros no Litoral Pacífico (ZAMBRANO, 2012). Esses dois movimentos se tornaram referência para os outros que nasceram na década de 1980 com o intuito de fortalecimento e defesa dos negros na Colômbia.

O governo colombiano durante a década de 1980 perdeu sua preeminência em virtude do avanço das guerrilhas armadas (exemplo: FARC) e da crise política instaurada no país, com o intuito de remediar tais situações o Estado propõe uma reforma na Constituinte 1886 (MENDES, 2013).

No decorrer dos trabalhos, a nova constituição adquiriu um caráter que abandonava o velho projeto de uma nação racial e culturalmente homogênea, estabelecendo como novo projeto a construção de uma nação pluriétnica e multicultural. Representantes indígenas na ANC, embora sendo somente dois, foram importantíssimos em defender o direito étnico das populações negras ao território, por ser este a base e fundamento da identidade (MENDES, 2013, p.21).

Ao longo do processo da nova constituinte, o movimento negro firmou alianças com outros grupos sociais, o que fato contribuiu para a aprovação do Artigo Transitório 55 (AT-55) na Carta Magna Colombiana. O AT-55 promoveu a legitimação dos direitos da população afro-colombiana do Litoral Pacífico, reconheceu as práticas agrícolas, resguardou o direito coletivo de propriedade e o preconizou o amparo constitucional a identidade e cultura negra no país (ZAMBRANO, 2012).

O movimento negro colombiano ao longo das décadas apresentou forte resistência aos governos, à política estrangeira e aos ideais raciais importados. A legitimação desse movimento se deu com a Constituição Política da Colômbia de 1991, que representou um trouxe um legislativo para a resistência afro-colombiana daquele país. Tal legislação tornou-se referência para outros países da América Latina.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante de todo o exposto, percebem-se alguns pontos parecidos na realidade dos negros brasileiros e colombianos. Nesse sentido, as formas de resistência em muito se assemelham, tendo em vista que se trata de uma reação a situação em que a negritude do Brasil e da Colômbia está inserida.

Por isso se faz essencial o desenvolvimento de estudos comparativos com a Colômbia, uma vez que nesse cenário poderemos encontrar repertórios muito semelhantes ou necessários para os negros no Brasil. Por fim, o que se pode concluir é que por meio de artigos como esse podemos analisar, compreender e aprender com países que resistem a conjuntura brasileira.



## REFERÊNCIAS

ALONSO, Â., As teorias dos movimentos sociais: um balanço para o debate. **Revista Lua Nova**. Volume 76, e-49-86.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Revista Dimensões**, v. 21, n. 23, p. 100-112, 2008.

MENDES, P. V. G. **Ações afirmativas para afrodescendentes**: as políticas de reserva de vagas no ensino superior de Brasil e Colômbia. Buenos Aires. CLACSO, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131220105935/2.pdf>. Acesso em 21 de setembro de 2016.

MOORE, C. **Racismo e Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MOURA, C. **Brasil**: raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

\_\_\_\_\_, C. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987.

NASCIMENTO, A. do; NASCIMENTO, E. Larkin. Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997. In: HUNTLEY, Lynn; GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NUNES, J. H.. A teoria do frame e a análise dos novos movimentos sociais. In: Encontro Nacional da Anpocs, 35, 2011, Caxambu. O pluralismo na teoria contemporânea. P. 01 – 28.

PEREIRA, C. Relações raciais no Brasil contemporâneo. In: PEREIRA, Cleito; VIANA, Nildo (Orgs). **Capitalismo e questão racial**. Rio de Janeiro: Ed. Corifeu, 2009.

PINTO, R. P. **O movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. Ponta Grossa: Ed. UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

SKIDMORE, T., **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

TARROW, S. **Poder em Movimento**: Movimentos sociais e confrontos políticos. Petrópolis: Vozes, 2009.

VIANA, N.. **Os Movimentos Sociais**. Florianópolis: Bookess, 2015

ZAMBRANO, C. G. **De Negros a Afro-Colombianos**: Oportunidades Políticas e Dinâmicas de Ação Coletiva dos Grupos Negros na Colômbia (*São Paulo: Universidade de São Paulo*). 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-29082012-095322/fr.php>. Acesso em 21 de setembro de 2016.